

Assembleia Legislativa

Monthessidentie da Comissão de

JUSTICA

Henarose de virtos fras.

Margella Lima

Ao Deputado Helio Indias

para relatar.

Em_

Presidente da Comissão de Constituição e Justição



ESTADO DO PIAUÍ Assembleia Leaislativa Gabinete Deputado Hélio Isaías

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI 187/23 ENCAMINHADO ATRAVÉS DE PROPOSIÇÃO DO **DEPUTADO HÉLIO RODRIGUES**

EMENTA:

RECONHECE

DE

UTILIDADE

PÚBLICA A LIGA

TANQUENSE DE FUTEBOL - LTF.

RELATOR: Deputado Hélio Isaias

1 - RELATÓRIO:

Trata-se de mensagem de autoria do deputado Hélio Rodrigues que "considera de utilidade pública a Liga Tanquense de Futebol – LTF.

O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual propositor da presente medida justifica que a liga é uma entidade que promove, dirige, organiza e incentiva programas e/ou atividades sociais, culturais, esportivas e de lazer, voltadas para práticas desportivas, levando a Inclusão Social através do esporte.

Assim requer o apoio dos colegas para a aprovação da presente lei reconhecendo a utilidade pública da entidade.

Instruiu o processo com extrato do estatuto da liga tanquense de futebol - LTF, ata da assembleia geral ordinária para fundação, aprovação do estatuto social, eleição e posse da diretoria executiva e conselho fiscal da associação, estatuto da liga tanquense de futebol - ltf, CNPJ, certificado de regularidade do FGTS, tributos federais e divida ativa da união, certidão negativa criminal e de auditoria militar da presidente e demais mebros, Cópia do RG do presidente, Certidão



ESTADO DO PIAUÍ Assembleia Legislativa Gabinete Deputado Hélio Isaías

Negativa tributária municipal da LTF, certidão negativa trabalhista da lTF; Certidão Negativa Cível, execução Civel, criminal e auditoria militar dos membros da LTF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da LTF, Certidão de Regularidade do FGTS da LTF; Certidão Negativa Tributária Estadual da Liga.

É o relatório.

2 - VOTO DO RELATOR:

Sendo assim, nos termos dos art. 34 inciso I, 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa, passo a emitir parecer.

Destaque-se, que a presente análise limita-se a uma avaliação sob o aspecto estritamente jurídico, oportunidade em que analisa-se os aspectos de competência legislativa, constitucionalidade e legalidade do projeto.

No caso em análise, quanto a legitimidade da proposição, a mesma reúne condições para prosseguir em tramitação, pois trata-se de matéria de legitimidade concorrente do Estado do Piauí e municípios, já que detenha competência legislativa para editar normas afetas aos serviços públicos locais, nos termos do inciso do art. 25 da Carta Política.

Registre-se que o presente projeto encontra-se com a documentação mínima exigida pela Lei Estadual nº 5447/2005, qual seja: Ata da Fundação da Associação com mais de um ano de abertura, Estatuto da Entidade, Certidão Negativa da Secretaria da receita Federal; Certidão de Bons Antecedentes dos membros da diretoria; Certificado de Regularidade do FGTS; cópias do Rg do presidente.

Assim, manifesto-me pela aprovação dessa proposição em razão de sua constitucionalidade e legalidade.

3 - PARECER DA COMISSÃO:



2.023.

ESTADO DO PIAUÍ Assembleia Legislativa Gabinete Deputado Hélio Isaías

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão APROVADO À UNANTIMIDADE

EM discussão, em votação:

a) Pela Aprovação

b) Pela rejeição

de setembro de

Sala das comissões técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí,

Deputado HELIO ISAIAS

Relator